

André Gustavo

Paradoxos de um país em que os políticos entram de férias

O recesso do Congresso Nacional exhibe uma peculiaridade da política brasileira. Os partidos entraram de férias, uma vez que não podem utilizar as facilidades do majestoso e imponente prédio do parlamento brasileiro. Os políticos deixam Brasília, uns viajam para o exterior, e o exercício da negociação, da transigência passa a ser privilégio de quem permanece nesta Brasília absolutamente vazia.

Os líderes de partido, em seus estados, procuram criar fatos novos. Alguém faz uma declaração sobre eleição direta no Rio de Janeiro, por exemplo, outro responde no Rio Grande do Sul e a vida continua. A articulação objetiva esta passa a ser um privilégio de quem dispõe de um gabinete refrigerado ao longo da Esplanada dos Ministérios. Isso é curioso, porque os partidos políticos entram em recesso como se a política e os problemas do cotidiano nacional deixassem de existir.

Ao tempo do Império, D. Pedro passava o verão em Petrópolis — cidade que levou o seu nome — enquanto os políticos se dispersavam pelo País. E, naquela época como hoje, a trama se processava ao longo dos belos salões do Palácio Rio Negro. É interessante observar que deputados e senadores necessitem da proximidade do poder para exercer suas atividades políticas. Um exemplo é importante sublinhar: o PMDB é um partido que não possui conexões internacionais claras ou estáveis. Um ou outro deputado ou senador possui contatos no exterior, mas isto não existe de maneira orgânica e estrutural dentro do partido. Em janeiro, enquanto chove em Brasília, o PMDB, assim como o PDS, existe, usualmente, pelo esforço isolado de alguns de seus membros.

Essa é outra característica interessante, dos partidos políticos brasileiros. Eles guardam em sua inteligência, na maioria das vezes, um raciocínio político e econômico sem conexão com o mundo desenvolvido. Defender a reforma agrária ainda é uma atitude profunda e radicalmente esquerdista dentro desta visão, com cheiro de anos cinquenta, que grassa nos partidos políticos nacionais. Na Europa, o capitalista já sabe que a propriedade da terra improdutiva não lhe rende benefícios. O que proporciona lucros crescentes é a capacidade de operacionalizar os frutos da terra. A reforma agrária é, portanto, bem vista pelo capitalista moderno.

Da mesma forma, a estatização, entendida como um processo de intervenção do Estado na economia, foi caracterizada como um procedimento de esquerda. E o capitalismo de estado no Brasil gerou enormes deformidades institucionais e sustentou, efetivamente, o autoritarismo e a ditadura. Se for analisada a estrutura da economia brasileira, no seu setor mais estatizado, vai-se encontrar enorme semelhança com o modelo desenhado por Benito Mussolini para a Itália fascista. O Instituto de Reconstrução da Itália — IRI — criado pelo ditador fascista, continha uma idéia estatizante baseada em bancos de fomento, em tudo assemelhado ao que se pratica no Brasil.

E há o exemplo reverso: o de que o movimento operário no Brasil está profundamente ligado a empresa multinacional. O Partido dos Trabalhadores tem seu principal eleitorado constituído por empregados das montadoras de automóvel, cujo capital é predominantemente multinacional. Esse fenômeno coloca o PT numa singular posição: é um partido nominalmente de esquerda que não pode ter um discurso nacionalista. Nacionalizar, por exemplo, a indústria automobilística significaria desmobilizar a enorme e importante massa de manobra que, na prática, construiu o Partido dos Trabalhadores.

São fenômenos muito brasileiros. O capitalismo internacional, porque criou empregos, contribuiu para o surgimento do movimento operário. A estatização, porque ensinou a maior intervenção do Estado na economia, sustentou o autoritarismo e a ditadura. Os partidos nunca se pronunciaram a respeito destes paradoxos e não aproveitaram o tempo de recesso, quando estão dispensados do debate do cotidiano dos projetos de lei, para aprofundar a discussão e formular teorias que, ao menos, sejam contemporâneas do mundo.

O discurso de esquerda e o de direita no Brasil ainda pertencem ao tempo em que se criou a Escola Superior de Guerra, o ISEB — Instituto Superior de Estudos Brasileiros, e o IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais). Tudo isso tem origem na década de cinquenta, época em que ocorreu neste país um grande debate ideológico a partir da campanha "O Petróleo é nosso".

Hoje já se sabe que o petróleo pertence aos árabes. E além disto, o Brasil conseguiu construir uma efetiva alternativa através da produção de álcool. Estatização, industrialização com capital estrangeiro e nacional são fenômenos que já produziram seus efeitos. Mas as desigualdades de renda e as diferenças entre regiões persistiram, e até se agravaram. A questão ideológica, nos termos em que está colocada a discussão, não consegue mais explicar o País. O que não é bom sintoma. Mas, além disto um indício de que mudar esse quadro de indigência cultural será difícil estar nessa peculiar atitude dos políticos: eles simplesmente estão de férias.